

LULA PRESIDENTE

Programa Setorial de Juventude

2007 / 2010

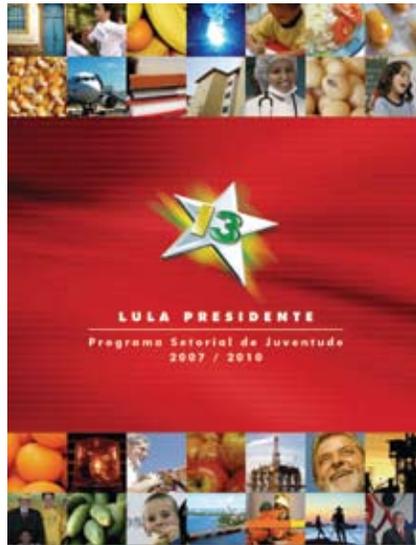
1. APRESENTAÇÃO

O que é juventude? E como se pode defini-la? Muitos afirmam que a juventude está circunscrita a uma determinada faixa etária estanque, outros entendem a juventude, de maneira reduzida, enquanto um estado de espírito. No entanto, nenhuma destas caracterizações é suficientemente completa para definir a juventude.

A condição juvenil pode ser vista como uma fase da vida, mais ou menos determinada, em que os seres humanos se encontram em processo de formação de construção de perspectivas de estabilidade e autonomia para a sua vida. É um momento de grandes expectativas e apreensão em relação ao futuro, regado normalmente por uma postura inquieta e irreverente.

Neste espaço da vida se manifestam, com maior intensidade, os problemas existenciais do ser humano, visto que é neste período que as pessoas realizam as grandes escolhas de suas vidas. Portanto, é uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida.

Além das necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários, os jovens atualmente, formam a parcela da sociedade mais carente de ações do Estado e que enfrentam os maiores índices de violência e desemprego. Contudo, foi através das políticas implementadas no Governo Lula que o Estado brasileiro passou a reconhecer os jovens como sujeitos de direitos específicos e universais.



Capa do Programa Setorial de Juventude

Anteriormente, o que predominava era uma visão estigmatizada da juventude, tratada sempre como problema e ameaça à sociedade. Até 2003, os programas e ações eram pontuais e pouco articulados entre si, sendo focados nos jovens caracterizados como em situação de risco social.

Hoje, a construção de uma Política Nacional de Juventude tem assegurado oportunidades e direitos de cidadania aos jovens. O Estado reconhece as singularidades

desse seguimento. Trabalha com as dimensões da cultura, educação, trabalho, sexualidade, saúde, esporte, lazer e participação política para construir identidades e trajetórias de emancipação social. E desenvolve mecanismos para combater preconceitos e discriminações de gênero, raça, etnia e orientação sexual que atingem mais intensamente os jovens, bem como para contemplar as demandas específicas dos jovens de zonas rurais e dos jovens com deficiências.

2. BALANÇO DO GOVERNO LULA

No Brasil as políticas públicas de juventude apareceram nos anos 90 quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar a singularidade da experiência social dessa geração de jovens, com seus desafios e suas potencialidades.

Em 2000, um número significativo de municípios brasileiros constituiu assessorias, coordenações, secretarias e programas, no âmbito do Poder Executivo com atribuições específicas de atendimento das demandas dos jovens.

Neste processo, os anos de 2003/2004 podem ser considerados marcos importantes. Mobilizaram-se em torno do tema juventude além dos próprios movimentos juvenis, a sociedade civil, o Legislativo e o Executivo. Entre as várias iniciativas, além da UNESCO, de diversas ONGs e das universidades, que já vinham produzindo sobre o tema, destacou-se o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania, que produziu uma série de dados e estudos sobre os jovens e um importante documento sobre a constituição de uma política nacional.

No Poder Legislativo, houve a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude da Câmara dos Deputados.

A comissão realizou audiências públicas, encontros regionais, uma conferência e um seminário nacional que produziram Projetos de Lei que instituem direitos e atenção institucional aos jovens brasileiros.

Em março de 2004, por determinação do Presidente Lula, constituiu-se o Grupo Interministerial

de Juventude, que reuniu 19 ministérios, produziu um amplo diagnóstico, uma série de propostas para uma Política Nacional de Juventude e definiu nove desafios para a Política Nacional de Juventude:

- ⇒ Acesso à escola pública de qualidade.
- ⇒ Erradicar o analfabetismo entre os jovens.
- ⇒ Preparar para o mundo do trabalho.
- ⇒ Gerar trabalho e renda.
- ⇒ Promover vida saudável.
- ⇒ Ampliar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação.
- ⇒ Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.
- ⇒ Promover Vida Segura, Direitos Humanos e Políticas Afirmativas.
- ⇒ Estimular a cidadania e a participação social.

Todos estes processos apontaram para a necessidade de criação de um órgão de governo específico para a temática juventude. A Secretaria Nacional e o Conselho Nacional de Juventude, foram criados em 1º de fevereiro de 2005. À Secretaria Nacional de Juventude foram atribuídas funções de formulação das políticas públicas e acompanhamento e articulação dos programas federais destinados à juventude.

O Conselho foi concebido como lugar privilegiado de reflexão, avaliação e proposição de políticas de juventude. É constituído por 20 vagas do Poder Público e 40 da Sociedade Civil. O Poder Público é representado por 16 ministérios que possuem programas e ações voltadas para a juventude, além de representantes das entidades municipais, do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados.

Representam a sociedade, jovens e adultos de diferentes tipos de organizações tais como redes, movimentos e entidades juvenis, grupos voltados para direitos es-

pecíficos e ações afirmativas, entidades da sociedade civil que trabalham com e para a inclusão social de jovens e pessoas com notório conhecimento e atuação no tema das Políticas de Juventude.

O Governo Lula coordena, atualmente, mais de 20 programas destinados prioritariamente à juventude, com um investimento anual de R\$ 1 bilhão por ano, além do investimento regular em políticas de educação, trabalho, saúde e cultura.

Tabela I

PRINCIPAIS PROGRAMAS FEDERAIS DESTINADOS À JUVENTUDE

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

- ⇒ ProJovem

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- ⇒ ProUni
- ⇒ ProEja
- ⇒ Escola Aberta
- ⇒ Livro Didático Ensino Médio
- ⇒ Expansão do Ensino Médio e Profissional
- ⇒ Juventude e Meio Ambiente
- ⇒ Escola de Fábrica
- ⇒ Saberes da Terra

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- ⇒ Agente Jovem

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

- ⇒ Primeiro Emprego / Consórcio Social da Juventude

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

- ⇒ Nossa Primeira Terra / Terra Negra
- ⇒ Pronaf Jovem

MINISTÉRIO DA DEFESA

- ⇒ Soldado Cidadão
- ⇒ Projeto Rondon

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- ⇒ Jovem Cientista

MINISTÉRIO DA CULTURA

- ⇒ Pontos de Cultura

MINISTÉRIO DO ESPORTE

- ⇒ Bolsa Atleta
- ⇒ Segundo Tempo
- ⇒ Olimpíadas Universitárias

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

- ⇒ Atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei

Cabe destacar os programas que enfrentam de maneira direta as principais demandas da juventude. São eles:

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem - é uma experiência singular de gestão e de concepção. Do ponto de vista da gestão estamos executando uma ação descentralizada através do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Juventude. A concepção pedagógica do Projovem é inovadora, pois integra a educação, a qualificação profissional e o exercício da cidadania em um ambiente de aprendizagem que aproxima a escola da vida do jovem.

O Projovem oferece oportunidade a jovens entre 18 e 24 anos de idade, que já tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental e que não estejam no mercado de trabalho formal, a concluírem o ensino fundamental com formação profissional e recebendo um incentivo de 100 reais por mês. O Projovem está sendo implementado em todas as capitais do país e em mais 34 municípios das regiões metropolitanas do Brasil, podendo chegar a 200 mil beneficiados em 2006.

O Programa Saberes da Terra é uma ação em âmbito nacional, voltada para educação de jovens agricultores/as familiares e de comunidades tradicionais. O programa fortalece e amplia o acesso e a permanência desses jovens no sistema formal de ensino oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania.

O Programa Segundo Tempo do Ministério dos Esportes atendeu mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes do ensino fundamental em 1.242 municípios, com uma segunda jornada de formação e ocupação do tempo livre. Através da prática solidária do esporte está sendo possível capacitar os jovens em suas habilidades esportivas e contribuir para a formação cidadã de milhares de brasileiros.

O Programa Agente Jovem atendeu 336 mil jovens com idade entre 15 e 17 anos, que, prioritariamente, estavam fora da escola e em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Esse programa promove atividades continuadas que proporcionem ao jovem experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase aos aspectos da educação e do trabalho.

3. DIRETRIZES E METAS SETORIAIS

O próximo mandato do Presidente Lula deverá avançar ainda mais na consolidação das políticas de juventude a partir de cinco eixos:

- Políticas de Juventude como Políticas de Estado.
- Políticas Universais, Emergenciais e Específicas.
- Educação e Trabalho.
- Participação, Democracia e Cidadania.
- Vida Segura e Bem-estar Juvenil.

JUVENTUDE COMO POLÍTICAS DE ESTADO

O segundo mandato do Presidente Lula será marcado pela convicção de que as desigualdades sociais vividas pelos jovens brasileiros são impeditivos para a consolidação de um projeto de desenvolvimento nacional.

Investindo ainda mais na juventude estaremos, ao mesmo tempo, melhorando as condições de vida de 1/3 da população brasileira e preparando toda uma geração para assumir responsabilidades com o presente e com o futuro do Brasil.

Nessa perspectiva, as políticas de juventude vêm por meio das ações do Governo Lula, deixando de ser meras políticas de governo e tornando-se Políticas de Estado. Para dar consequência a este objetivo, é preciso lançar mão dos



Lula discursa no ato de lançamento do PROJÓVEM

principais instrumentos de planejamento existentes no Estado e que possuam alcance estratégico, utilizando-os como ferramentas para elaboração, fortalecimento e financiamento, enfim, para efetivação da Política Nacional de Juventude. Ao lado disso, é necessário fortalecer os instrumentos legais e gerenciais existentes, com o objetivo de constituir um Sistema Nacional de Políticas de Juventude.

ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS UNIVERSAIS, EMERGENCIAIS E ESPECÍFICAS

A Política Nacional de Juventude se consolidará e avançará ainda mais por meio da implementação simultânea de políticas universais (políticas voltadas para a garantia dos direitos básicos de acesso, principalmente, à educação e ao trabalho e que se consolidam com os investimentos públicos), de políticas emergenciais (políticas voltadas para a inclusão daqueles que se encontram em situação de risco, possibilitando novas chances para jovens que estão expostos à violência), e de políticas específicas (políticas voltadas ao atendimento das singularidades dessa fase da vida, ampliando as condições de viver a juventude com acesso a fruição e produção criativa).

As políticas universais tais como educação, trabalho, saúde, lazer, cultura, esporte, todas ampliadas neste governo, ainda necessitam de mais integração com iniciativas específicas voltadas às necessidades dos jovens. Assim, a constituição de um ambiente integrado possibilitará que as políticas emergenciais sejam cada vez menos necessárias.

Além de criar programas específicos, como os implementados neste governo (Pronaf Jovem, Pontos de Cultura, Juventude e Meio-Ambiente e novo Projeto Rondon), é preciso reconhecer particularidades da condição juvenil nas políticas universais.

EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA NOVA COMBINAÇÃO

As transformações na educação brasileira que tiveram início no governo Lula voltadas à garantia do direito à educação, essencial para o desenvolvimento do país terão continuidade em seu segundo governo. A democratização do acesso e a democratização da gestão educacional continuarão a ser desenvolvidas, merecendo grande ênfase a qualidade social da educação.

Na política de universalização da educação básica, no que se refere aos jovens, merece destaque a superação do analfabetismo, a universalização do ensino médio, a ampliação significativa do ensino profissional, a reestruturação do ensino noturno e a ampliação do acesso ao ensino superior por meio da ampliação das universidades públicas e do PROUNI, assim como a ampliação do PROJÓVEM.

No entanto, como tem sido discutido recorrentemente no país, a garantia de acesso à escola não é suficiente para que os jovens dominem os fundamentos das ciências, tenham acesso à produção artística, aos esportes e à tecnologia, desenvolvam o pensamento crítico e aprendam a gostar de conhecer e criar nos marcos de valores éticos. Tal processo supõe, a um só tempo, que os jovens tenham direito ao conhecimento em todos os campos e que vejam também respeitadas e consideradas nos processos educacionais suas identidades sociais, culturais, de gênero e étnicas.

Uma das dificuldades dos sistemas de ensino encontra-se na falta de comunicação entre o mundo das escolas e o mundo dos jovens. A expressão dessa dificuldade pode ser verificada tanto na re-

beldia frente às normas escolares, nos altos índices de fracasso, nas pichações e depredações de prédios escolares, nas atitudes desrespeitosas no convívio escolar, como na apatia de alunos que se mostram distantes e desinteressados pelas atividades escolares.

A escola pode e deve ser um espaço de construção de cultura e não somente de reprodução de informações e conceitos. Isso requer resignificar o conhecimento partindo de uma conduta crítica frente a ele, bem como das experiências, necessidades, interesses e dos ritmos de cada jovem. Esse objetivo supõe que os professores tenham tempo, além da sala de aula, para estudar, investigar seus alunos e elaborar com seus pares as propostas de trabalho mais adequadas para cada sala, repensando sempre o currículo. Por isso a valorização dos profissionais e a redefinição da docência são urgentes no país e o Fundeb poderá contribuir muito para que essa mudança ocorra.

Uma medida importante para que as mudanças curriculares dialoguem com as necessidades e identidades dos jovens e demais alunos foi a aprovação da Lei 10.639 de 2003 que incorporou aos currículos escolares do ensino fundamental e médio a cultura e história afro-brasileiras.

Por outro lado, as rápidas e profundas transformações nas tecnologias e estruturas produtivas exigem uma nova maneira de pensar e impulsionar as relações entre educação e trabalho para a juventude.

Por esta razão é muito importante também que o aumento progressivo da oferta de educação profissional, no âmbito do ensino médio, permita melhores condições na busca e na realização do trabalho. Assim, as escolas da cidade e as escolas para os jovens do campo precisam contar com espaços educacionais que permitam a relação entre acesso à cultura, às tecnologias de informação e à qualificação para o mundo do trabalho conforme suas especificidades.

A Política Nacional de Juventude deve ser capaz de oferecer alternativas de combinação entre educação e trabalho que levem em conta as várias etapas da juventude

A Política Nacional de Juventude deve ser capaz de oferecer alternativas de combinação entre educação e trabalho que levem em conta as várias etapas da juventude (15-18; 19-25; 25-29 anos), e também as diferentes experiências vividas pelos jovens brasileiros.

O direito social ao trabalho é uma garantia constitucional. Para os jovens se materializa através da efetiva oportunidade de inserção no mundo do trabalho aliada à educação profissional concomitante à escolarização de nível médio e na oferta de outras estratégias em nível básico e tecnológico. A geração de trabalho e renda e a qualificação profissional são alguns dos grandes desafios de uma política nacional de juventude. A promoção da formação profissional e incentivo à escolarização aliada à oferta de postos de trabalho é uma política pública ideal para garantir aos jovens o direito ao trabalho. A situação do desemprego juvenil necessitará de uma intervenção emergencial do Estado.

Além da retomada sustentada do crescimento econômico, responsável pela geração de postos de trabalho em maior quantidade, será importante desenvolver outros mecanismos. O objetivo é atuar na dinâmica da oferta de mão-de-obra por meio de ações e programas de formação, habilitação e estágios voltados à valorização de ocupações emergentes; sobretudo nas áreas de utilidade pública, comunicação, turismo, cultura, preservação do patrimônio entre outros. Tais mecanismos devem ser desenvolvidos a partir de uma perspectiva emancipatória visando o enfrentamento das relações de trabalho excludentes, abrindo oportunidades para novos aprendizados e possibilitando aos jovens realizar suas buscas e se inserir socialmente.

A integração da qualificação profissional com as políticas públicas de educação dialoga com a diversidade desses jovens a

partir de suas realidades e características específicas. Devido à importância desse programa para o meio rural, temos como objetivo ampliá-lo e buscar fortalecer ações para a garantia da permanência desses jovens na escola.

Nos últimos anos, programas emergenciais, voltados para os segmentos juvenis mais vulneráveis, já experimentam novas maneiras de articular educação e mundo do trabalho. Programas como Projovem, Soldado Cidadão, Consórcio Social da Juventude, Jovem Empreendedor, entre outros, combinam a elevação de escolaridade, a qualificação e a inserção no mundo do trabalho.

No próximo governo do Presidente Lula, caberá à Secretaria Nacional de Juventude viabilizar um sistema integrado de gestão dos programas emergenciais capaz de articulá-los às políticas universais, de forma a ampliar a área de cobertura territorial, através da organização da oferta, evitando as superposições e racionalizando as ações e os recursos. A definição de diretrizes e metodologias comuns permitirá a elevação do potencial e da capacidade de atendimento da Política Nacional de Juventude.

Outra questão a ser considerada pela Política Nacional de Juventude está no fato de que boa parte do público dos programas emergenciais, que conjugam escolaridade e qualificação profissional, são jovens cotidianamente expostos às situações de violência urbana ou do campo. Evidencia-se a importância do fomento à promoção de vida segura através da participação cidadã. No próximo governo, a idéia-força é promover transformações nas comunidades pobres e violentas onde vive a maioria dos jovens brasileiros por meio da atuação conjunta de diferentes Ministérios. Aumentando os equipamentos públicos, assegurando maior complementaridade entre ações, garantindo a ampliação de investimentos e do

número de jovens participantes, haverá maior chance de promover inclusão e vida segura, além de reverter trajetórias individuais ligadas ao crime.

PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA

O reconhecimento da juventude como ator social estratégico implica no estímulo à sua integração social, participação, emancipação dos jovens e de suas organizações, de modo que tenham a oportunidade de tomar decisões que afetam as suas vidas e o seu bem-estar. Significa passar das tradicionais políticas destinadas à juventude, isto é, políticas concebidas pelos governos direcionadas ao jovem, para as políticas concebidas e elaboradas com a participação dos próprios jovens por meio de canais reconhecidos pelo Poder Público.

A criação do primeiro Conselho de Juventude da história do país foi um grande passo, pois inovamos ao permitir aos jovens e suas múltiplas organizações a possibilidade de expressar as suas opiniões e, portanto, contribuir de forma singular na consolidação de uma Política Nacional de Juventude.

A participação cidadã é um processo dinâmico, por conta disso é preciso inová-lo e requalificá-lo cotidianamente, compartilhando com os jovens a responsabilidade de consolidar a tão recente democracia em nosso país.

O processo de participação promovido pelo Governo Federal precisa de suporte e correspondência no âmbito dos Estados e Municípios, através de conselhos ou de fóruns específicos, já que ainda é pequena a incorporação da temática da participação juvenil nos poderes públicos locais.

No Brasil existe uma larga experiência de organizações juvenis, sejam elas estudantis, culturais, religiosas, ligadas a entidades de classe, partidárias, esportivas etc. A maioria destes movimentos conta com articulações e entidades de caráter nacional e se constituem em uma importante forma de participação juvenil.

Foto:Manoel Porto



Marcelo Gavião, presidente da União da Juventude Socialista, um dos membros da comissão que elaborou o Programa Setorial de Juventude

Estas organizações juvenis vêm desenvolvendo uma série de iniciativas de fomento a participação, através de seminários, jornadas, encontros e festivais culturais. Estes eventos são espaços privilegiados de interlocução do poder público com a juventude, tendo como premissa o respeito à autonomia de cada um destes movimentos. É necessário que o Estado reconheça a importância dessas iniciativas e desenvolva formas para apoiar as organizações e suas atividades.

VIVER A JUVENTUDE, VIDA SEGURA E BEM-ESTAR JUVENIL

No cenário das políticas públicas de juventude, falar em cultura é falar em produção de sentidos, em acessos ao esporte, a variados equipamentos de lazer. Formuladores e gestores destas políticas devem estar atentos para criar condições para que os jovens possam ter acesso ao patrimônio cultural material e imaterial do país, sejam reconhecidos como produtores de arte e cultura e, também, respeitem a diversidade cultural e artística da juventude brasileira e, finalmente, se insiram - com criatividade e qualidade -, na disputa de imagens sociais, de sentidos para a vida, de valores, de vínculos solidários. Neste sentido amplo, acesso à cultura é não só um direito universal, mas também deve ser visto como fundamental para as possibilidades de viver a juventude com segurança e qualidade de vida.

Os acessos à cultura, ao esporte, ao lazer e às tecnologias de informação são elementos básicos para o desenvolvimento de um país e, em particular, de seus jovens. A juventude é a etapa da vida mais marcada por processos

de experimentação, por profundas definições de identidade na esfera pessoal e social.

O governo Lula criou projetos que levam em conta as vulnerabilidades e potencialidades dos diferentes segmentos juvenis. Os Pontos de Cultura, Agente Jovem, Projeto Rondon, Segundo Tempo, Escola Aberta e Casa Brasil são passos importantes para enfrentar a exclusão juvenil, para potencializar habilidades e talentos da juventude, sobretudo em áreas expostas a situações de violência e historicamente marcadas pelo despreparo policial e pela ausência do poder público.

Os acessos à cultura, ao esporte, ao lazer e às tecnologias de informação são demandas constantemente reiteradas pelos jovens que vivem no meio rural. Outros programas de cultura e lazer estão buscando as formas mais adequadas para atender os jovens de zonas rurais e de comunidades tradicionais considerando as especificidades locais e regionais. Este é um desafio que continuará a ser enfrentado no próximo governo.

No próximo governo, para a continuidade e avanço dessas políticas, a Secretaria Nacional de Juventude se encarregará de promover a ação coordenada entre Ministérios, em parceria com Secretarias Estaduais e Municipais, com os seguintes objetivos: gerar oportunidades de uso criativo do tempo livre; ampliar as possibilidades dos jovens circularem pelos diferentes espaços das cidades; desconcentrar os equipamentos culturais considerando as especificidades das periferias urbanas, das cidades pequenas e do campo e as necessidades dos jovens com deficiências.

4. PRINCIPAIS AÇÕES 2007-2010

JUVENTUDE COMO POLÍTICAS DE ESTADO

• Apoiar a aprovação do Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), que estabelece

metas a serem cumpridas pelo Estado Brasileiro com a juventude nos próximos 10 ou 15 anos.

• Inclusão do tema juventude na elaboração do próximo Plano Plurianual (2007-2011).

• Incluir a juventude na agenda Projeto Brasil em Três Tempos (2007-2015-2022), coordenado pelo Núcleo de Assunto Estratégicos (NAE) e discutido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ambos da Presidência da República.

• Criação de um Sistema Nacional de Políticas Públicas de Juventude com o objetivo de assegurar a implementação do Plano Nacional de Juventude, estabelecendo competências para Conferências, Secretarias e Conselhos de Juventude no âmbito federal, estadual e municipal.

• Criação de um sistema de avaliação permanente da condição juvenil, com vistas a subsidiar a execução e avaliação das políticas públicas.

• Participar ativamente da reunião especializada de juventude no âmbito do Mercosul, recentemente criado na reunião de Córdoba/Argentina, promovendo a integração das políticas de juventude na América do Sul, com ênfase para questões de turismo e intercâmbio cultural e educacional.

• Integrar as iniciativas da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), através da ratificação e aprovação de carta Ibero-Americana de Direitos da Juventude.

ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS UNIVERSAIS, EMERGENCIAIS E ESPECÍFICAS

- Erradicação do Analfabetismo Juvenil.
- Universalizar a educação básica, pública e gratuita. (Aprovação do FUNDEB).
- Ampliar o enfoque juvenil no atendi-

mento do Sistema Único de Saúde.

- Aprovação da Reforma Universitária.
- Apoiar a aprovação do PL 3627/2004 que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior.

EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA NOVA COMBINAÇÃO

• Promoção de reforma pedagógica no ensino público e o desenvolvimento de projetos e práticas educativas inovadoras.

• Equipar as escolas públicas e difundir as tecnologias de informação e comunicação enquanto ferramentas de apoio ao ensino e a aprendizagem.

• Ampliação dos programas PROUNI e Saberes da Terra.

• Ampliar as políticas emergenciais de estímulo ao retorno do jovem à escola, além de medidas de apoio a permanência e assistência ao educando; mecanismos de apoio financeiro; oferta de livros didáticos entre outras.

• Apoiar os empreendimentos juvenis, ampliando a oferta de assistência técnica, qualificação e crédito subsidiado.

• Ampliação da fiscalização do trabalho, principalmente nas modalidades de estágios e aprendizagem.

PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA

• Realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, com o objetivo de debater e aprimorar o Plano Nacional de Juventude.

• Fortalecimento das funções do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)

no monitoramento da Política Nacional de Juventude, em especial do Plano Nacional de Juventude.

• Fomento à criação e fortalecimento de conselhos municipais e estaduais de juventude.

• Investimentos na valorização dos processos participativos promovidos pelos

mais diversos organismos que trabalham com a temática juvenil.

• Implementação de sistema de gestão democrática das instituições de ensino em todos os níveis, assegurando a ampla participação dos jovens nos processos decisórios, inclusive a escolha de dirigentes.

VIDA SEGURA, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E BEM-ESTAR JUVENIL

• Desenvolvimento de parcerias com os poderes públicos locais – estados e municípios,

para a criação a ampliação de equipamentos de esporte e lazer.

• Ampliar o Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura), para localidades onde não há equipamentos públicos de cultura e lazer.

• Desenvolver eventos culturais para promover novos talentos, nas áreas da música, teatro, literatura, artes plásticas, entre outros.

• Apoiar a iniciativa do Ministério da Cultura de implantar uma biblioteca pública em cada município do país e apoiar sua integração com o projeto Arca das Letras, do Ministério do

Desenvolvimento Agrário, de maneira que tenhamos bibliotecas comunitárias em todo o país.

• Fortalecimento dos direitos humanos por meio da sensibilização e capacitação da polícia, com enfoque na questão social e racial, para reduzir a grande incidência de violência policial em relação aos grupos étnico-raciais, negro, indígena e cigano e em relação aqueles que se encontram em situação de pobreza.

COMISSÃO TEMÁTICA DE JUVENTUDE DO PROGRAMA DE GOVERNO

- Rafael Pops (Secretário Executivo)
- Fabiano Kempfer
- Helena Abramo
- José Ricardo
- Luiz Roberto de Souza Cury
- Marcelo Brito da Silva (Gavião)
- Regina Novaes
- Ricardo Abreu (Alemão)
- Rodrigo Abel
- Severine Macedo